



Apresentação

Apresentamos o Balanço 2014 desta instituição, relatado pelo Conselheiro Marcos Cattani, e já aprovado pelo Conselho Pleno da OAB/SC. Junto com o documento, seguem também o voto do Conselheiro Relator e o relatório da BDO Auditores, que desde 2013 vem auditando as contas da entidade, numa iniciativa inédita na história da Seccional catarinense, o que muito nos orgulha.

Importante destacar que a despeito do saldo financeiro positivo em dezembro de 2014, o Conselho Pleno da Seccional decidiu acatar orientação da Controladoria do CFOAB e da própria auditoria externa, e lançar os dados contábeis pelo “regime de competência” e não pelo “regime de caixa”, como vinha sendo feito. Graças a essa decisão, o resultado contábil foi negativo. A OAB/SC entende que essa mudança foi necessária para regularizar a contabilidade, e o fez com muita convicção.

Esta mudança de critério contábil foi mencionado no voto de aprovação do relator Marcos Cattani: “A partir do ano de 2013 todos os registros contábeis da OAB/SC, que até então eram realizados pelo “regime de caixa” passaram a ser realizados pelo “regime de competência”. Como consequência dessa mudança contábil, importâncias como as oriundas da Defensoria Dativa, não foram contabilizadas como receita no exercício de 2014”. Se fossem, acrescenta o relator, “seriam suficientes para cobrir um prejuízo, o que demonstra que o déficit é meramente contábil.”

Na análise da BDO Auditores, as contas "representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da OAB/SC em 31 de dezembro de 2014".

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Santa Catarina

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em Reais)

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina é sediada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4860, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da lei 6.404/76, alterada pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), NBC T - Normas Brasileiras de Contabilidade, número 10.19, do Conselho Federal de Contabilidade, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Entidade em 13 de abril de 2015 e serão posteriormente ratificadas pela Comissão Orçamentária da Entidade.

Para a Entidade não há diferenças entre o déficit abrangente do exercício e o déficit do exercício. Dessa forma, a Entidade apresenta apenas a demonstração do déficit.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em Reais)

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.1. Reapresentação exercício anterior (2013)

Em atendimento ao pronunciamento CPC 23, a Entidade efetuou correções nos saldos relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os quais são demonstrados abaixo:

Conta	Nota	Publicado	Ajuste	Republicação
Caixa e Equivalentes de Caixa	a	5.990.687	64.343	6.055.030
Anuidades a receber	b	4.272.712	(514.000)	3.758.712
Defensoria dativa a receber	c	6.969.854	436.665	7.406.519
Outros créditos	d	241.067	14.096	255.163
Investimentos	e	152.010	8.334	160.344
Imobilizado	f	25.413.034	(3.597.575)	21.815.459
Intangível	g	-	438.808	438.808
Totais dos ajustes do ativo		-	(3.149.329)	-
Fornecedores	h	629.403	(19.283)	610.120
Obrigações trabalhistas e sociais	i	1.248.682	1.862	1.250.544
Obrigações estatutárias	j	2.804.485	395.353	3.199.838
Patrimônio social	k	29.679.370	(3.527.261)	26.152.109
Total dos ajustes do passivo		-	(3.149.329)	-

- Ajuste nos saldos bancários e caixa das subseções, que estavam registradas incorretamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2013;
- Foram excluídos os valores de multa e juros sobre anuidades que haviam sido registrados no balanço de 2013, prática que foi corrigida no exercício de 2014, quando a administração da Entidade definiu que os juros de mora e multa serão reconhecidos somente no efetivo recebimento;
- Valor corrigido dos processos que foram protocolados anteriormente à 31/12/2013;
- Valores referentes a pagamentos de apólices de seguro (vigência anual) e ajustes no saldo de cheques a compensar e outros créditos;
- Correção do saldo das cotas de Capital Sicoob Cota 3326/87009-9 Joinville e Viacred Cota 366.542-9 Timbó;
- Correção ao valor justo dos bens móveis de acordo com levantamento patrimonial elaborado pela Brasão Sistemas. Nos exercícios anteriores os bens não haviam sido depreciados, sendo este um dos motivos do ajuste negativo.
- Correção ao valor justo do Intangível de acordo com levantamento patrimonial elaborado pela Brasão Sistemas. Nesta conta são registrados os valores gastos com aquisições de softwares.
- Estorno da NF 692 ALL Comunicação de 09/09/2013 no valor de R\$ 19.708 e inclusão da NF 53478 da Imprensa Nacional Processo 53478/2013 no valor de R\$ 425.
- Correção nos saldos contábeis de pensões alimentícias e impostos retidos;
- Correção do saldo do Repasse ao Conselho Federal do exercício de 2012, para o qual a Entidade havia recebido um perdão de dívida integral no exercício de 2013, todavia o perdão de dívida não abrangia o montante de R\$ 395.353 que é relativo ao exercício de 2012.
- Reflexo dos ajustes acima citados, nesta conta consta a diferença entre os ajustes do ativo e do passivo.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em Reais)

3. Descrição das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Estão demonstrados ao custo acrescido das numerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.2. Anuidades e defensoria dativa a receber

As anuidades a receber estão registradas pelos valores fixados em cada exercício e estão refletidas pelo valor presente de realização.

3.3. Provisão para perdas

A provisão para perdas é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber.

3.4. Ativo imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção e reavaliação.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

3.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em Reais)**

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

3.7. Contribuições Estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei nº. 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para ao Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

3.8. Apuração do superávit (déficit)

As receitas de anuidades recebidas pelos advogados são reconhecidas pelo regime de competência. As demais receitas da entidade e os gastos com sua manutenção também são registrados pelo regime de competência.

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não são devidos, em virtude da OAB gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa seccional	3.668	4.907
Caixa subseções	51.237	35.836
Bancos conta movimento seccional	609.140	523.624
Bancos conta movimento subseções e filiais	305.818	822.367
Bancos conta movimento de CNPJ próprio	-	-
Bancos conta arrecadação	-	1.666.405
Bancos conta poupança	190.953	63.001
Aplicações financeiras	1.873.942	2.938.890
	<u>3.034.758</u>	<u>6.055.030</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

A Entidade tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Anuidades a receber

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Anuidades a receber - exercício corrente	3.668.535	3.784.866
Anuidades a receber - exercícios anteriores	7.683.845	9.986.057
Infrações disciplinares e eleitorais	438.667	-
(-) Cheques a compensar	-	(12.765)
(-) Provisão para perdas	(8.253.733)	(9.999.446)
	<u>3.537.314</u>	<u>3.758.712</u>
Circulante	3.023.690	3.758.212
Não circulante	513.624	-

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Entidade realiza análises da rubrica anuidades a receber e infrações disciplinares/eleitorais, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em Reais)

Os cálculos da estimativa de perdas de créditos são obtidos pela aplicação do percentual de 70% do total de créditos do exercício e 70% do total dos créditos de exercícios anteriores. Os percentuais de inadimplência foram calculados baseados na média histórica de recebimentos passados e na proposta orçamentária do exercício, na qual a Entidade espera recuperar 30% de créditos em atraso.

Demonstramos abaixo a movimentação da provisão para perdas:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(9.999.446)	-
Adições	(2.567.975)	(9.999.446)
Exclusões	4.313.688	-
	<u>(8.253.733)</u>	<u>(9.999.446)</u>

6. Defensoria Dativa a receber

Em 02 de dezembro de 2013 foi celebrado o Protocolo entre o Estado de Santa Catarina e a Entidade para estabelecer procedimentos e cronograma de pagamentos de honorários advocatícios pela prestação de Assistência Judiciária e Jurídica Gratuita efetuada pelos advogados do Estado de Santa Catarina anteriormente ao exercício de 2013. O protocolo celebrado estabeleceu o pagamento de R\$ 99.698.545 para cobertura destes honorários aos advogados, sendo os valores pagos diretamente a cada advogado. De acordo com o artigo 5º da Lei Complementar nº 155 de 15 de abril de 1997, a Entidade tem o direito a receber 10% sobre montante repassado, para custear gastos e despesas com relação à Defensoria Dativa. Desta forma, de acordo com o protocolo celebrado, foi reconhecido o valor de R\$ 9.969.854 a receber pela Entidade.

Demonstramos abaixo a movimentação da conta:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	7.406.519	10.904.100
Reversão de saldos anteriores	-	(10.467.435)
Constituição conforme acordo celebrado	-	9.969.854
Recebimentos	(6.969.854)	(3.000.000)
Apropriação do exercício	34.279	-
Saldo final	<u>470.944</u>	<u>7.406.519</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em Reais)

7. Outros créditos

	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos a subseções	159.711	-
Adiantamento a empregados	197.320	240.717
Créditos diversos	25.881	14.446
	382.912	255.163

8. Investimentos

	31/12/2014	31/12/2013
Cotas OABCred	206.159	152.010
Sicoob Cota 3033/16020-5 Joaçaba	35	-
Sicoob Cota 3326/870056-7 Chapecó	1.973	-
Sicoob Cota 3326/87009-9 Joinville	7.551	7.517
Sicoob Cota Maxicrédito 67.177-0	1.160	-
Viacred Cota 366.542-9 Timbó	1.136	817
Total de Investimentos	218.014	160.344

9. Imobilizado

	31/12/2014	31/12/2013
Biblioteca	228.986	226.454
Terrenos	11.935.000	11.935.000
Móveis e utensílios	3.122.543	2.764.590
Obras de arte	230	230
Direito de uso de telefone	8.565	8.565
Edifícios	4.435.515	4.435.515
Obras em andamento	3.560.585	121.005
Máquinas e Equipamentos	1.459.747	1.210.595
Equipamentos de informática e Software	1.080.462	871.483
Veículos	305.089	242.022
(-) Depreciação acumulada	(763.035)	-
	25.373.687	21.815.459

A Administração da Entidade contratou durante o exercício de 2013 uma empresa especializada para realização de levantamento patrimonial e avaliação da vida útil dos bens do imobilizado e intangível, cujo objetivo é identificar, mensurar e regularizar os bens integrantes desses grupos. Desta forma, R\$ 5.761.487 do total da rubrica foram identificados e uma provisão para impairment de R\$ 3.160.027 foi identificada e registrada em conta de Patrimônio Líquido, pois se refere há vários exercícios sociais anteriores.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em Reais)

Demonstramos abaixo a movimentação do Imobilizado para o exercício de 2014:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2013	Aquisições	Baixas	Saldos em 31/12/2014
Biblioteca	226.454	2.531		228.985
Terrenos	11.935.000			11.935.000
Móveis e utensílios	2.764.590	357.953		3.122.543
Obras de arte	230			230
Direitos de uso telefone	8.565			8.565
Edifícios	4.435.515			4.435.515
Obras em andamento	121.005	3.439.581		3.560.586
Máquinas e equipamentos	1.210.595	249.152		1.459.747
Equipamentos informática	871.483	208.979		1.080.462
Veículos	242.022	159.190	(96.123)	305.089
Totais	21.815.459	4.417.386	(96.123)	26.136.722

10. Intangível

	31/12/2014	31/12/2013
Direito de uso de softwares	469.943	438.808
(-) Amortização acumulada	(46.138)	-
	423.805	438.808

11. Empréstimos e financiamentos

	Taxa	31/12/2014	31/12/2013
OABCRED	CDI + 2,0% a.m.	1.718.400	-
BADESC	12,8% a.a	1.118.426	1.285.000
BANCOOB	CDI + 0,6% a.m.	-	2.421.273
SICOOB Maxi Alfa	1,495% a.m.	615.329	-
		3.452.155	3.706.273
Circulante		1.619.284	533.155
Não circulante		1.832.871	3.173.118

A Entidade encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos.

O empréstimo da OABCRED no valor de R\$ 1.718.400 refere-se ao saldo remanescente do empréstimos existente no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 1.961.111. Em 24 de janeiro de 2014 foi pago o valor de R\$ 455.588 sendo que foram renegociados R\$ 1.500.000 em 36 parcelas, tendo a primeira parcela vencimento em janeiro/2015 e a última em 12/2017.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em Reais)

12. Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2014	31/12/2013
Salários a pagar	395.016	340.196
Férias a pagar	-	5.485
Provisão de férias	922.625	347.451
Pensão alimentícia	1.221	566
Sindicato	63	63
Empréstimos de funcionários a repassar	7.319	5.105
FGTS a pagar	79.320	115.632
INSS a recolher	251.991	336.333
PIS a recolher	13.748	17.415
IRRF - assalariados	68.275	51.477
IRRF - serviços de autônomos	3.603	1.110
INSS sobre serviços prestados PJ	3.622	11.659
ISS	26.249	3.895
CSRF	15.353	14.156
	1.788.405	1.250.543

13. Obrigações estatutárias

	31/12/2014	31/12/2013
Cota estatutária Conselho Federal	855.138	1.216.224
Cota estatutária CAASC	1.828.763	1.713.910
Cota estatutária FIDA	89.351	269.704
Parcelamento FIDA	74.212	-
	2.847.464	3.199.838

Estão registradas as obrigações estatutárias conforme previsto no estatuto social da entidade e faz referência às destinações apuradas após a aferição da receita. O cálculo das destinações é realizado de acordo com as seguintes premissas, incluídas no Estatuto da Advocacia e da OAB:

	Percentual
Total das receitas brutas mensais	100%
(-) Deduções	
Base de cálculo	
Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA	(2%)
Fundo cultural	(3%)
Conselho Federal	(10%)
Despesas administrativas e manutenção do Conselho Seccional	(45%)
Base para repasse CAASC	40%
Percentual de repasse à CAASC	20%

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em Reais)

14. Anuidades a realizar

Em dezembro de 2014 foram recebidas 3.687 anuidades pagas em cota única, referentes ao exercício de 2015, sendo que os advogados que quitaram a cota única tiveram desconto de 15% sobre o valor da anuidade do exercício de 2015. Dessa forma, o montante das Anuidades de 2014 recebidas em cota única durante o mês de dezembro de 2014 totalizou R\$ 2.798.701 e os descontos sobre estas anuidades totalizaram R\$ 582.192, tendo a Entidade recebido o líquido de R\$ 2.216.509. Estes valores serão reconhecidos na rubrica de receita durante o ano-calendário de 2015 conforme regime de competência contábil.

15. Provisões e passivos contingentes

A Entidade é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de sua operação e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

Demonstramos abaixo a movimentação da Provisão para contingências:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	1.400.979	-
Adições	-	1.400.979
Exclusões	(78.724)	-
	<u>1.322.255</u>	<u>1.400.979</u>

16. Patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade é formado pela acumulação dos superávits (déficits) apurados em cada exercício social.

17. Seguros (não auditado)

A Entidade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em Reais)**

18. Instrumentos financeiros

18.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros com destaque para disponibilidades incluindo aplicações financeiras, anuidades a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

18.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, anuidades a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

18.3. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela tesouraria.

A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

18.4. Risco de liquidez

É o risco da Entidade não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em Reais)

19. Receita operacional líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Entidade apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Anuidades de advogados	19.779.303	18.221.847
Aluguéis	767.052	606.068
Taxas e emolumentos	2.673.217	2.718.920
	<u>23.219.572</u>	<u>21.546.835</u>


ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SA. , CATARINA


Balancos patrimoniais

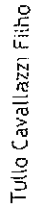
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	31/12/2014		31/12/2013	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.034.758	6.055.030		
Anuidades a receber	5	3.023.690	3.758.712		
Defensoria dativa a receber	6	470.944	7.406.519		
Outros créditos	7	382.912	255.163		
Total do ativo circulante		6.912.304	17.475.424		
Não circulante					
Anuidades a receber	5	513.624			
Investimentos	8	218.014	160.344		
Imobilizado	9	25.373.687	21.815.459		
Intangível	10	423.805	438.808		
Total do ativo não circulante		26.529.130	22.414.611		
Total do ativo		33.441.434	39.890.035		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		810.386	610.120		
Empréstimos e financiamentos	11	1.619.284	533.155		
Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.788.405	1.250.543		
Obrigações estatutárias	13	2.847.464	3.199.838		
Anuidades a realizar	14	2.216.509	3.320.491		
Outras obrigações		140.957	17.962		
Total do passivo circulante		9.423.006	8.932.109		
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	1.832.871	3.173.118		
Provisão para contingências	15	1.322.255	1.400.979		
		3.155.126	4.574.097		
Patrimônio social	16				
Patrimônio social		20.863.302	26.383.829		
Total do patrimônio social		20.863.302	26.383.829		
Total do passivo e patrimônio social		33.441.434	39.890.035		

Florianópolis-SC, 31 de Dezembro de 2014.


Luiz-Mário Bratti
Tesoreroiro
CPF: 098.950.609-63


Noeli Krueger
Contadora CRC/SC 25.600/O-0
CPF: 032.463.999-64


Tullio Cavallazzi Filho
Presidente
CPF: 888.680.799-68

KK

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

145
E

Demonstrações do déficit/superávit para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	19	23.219.572	21.546.830
Receitas (despesas) operacionais			
Contribuições estatutárias		(6.550.647)	(5.503.317)
Despesas administrativas		(28.036.574)	(24.084.017)
Outras receitas		6.316.795	9.475.779
Alienação do ativo imobilizado		(29.643)	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(5.080.498)	1.435.280
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(440.028)	(1.203.561)
(Déficit) Superávit do exercício		(5.520.526)	231.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Florianópolis-SC, 31 de Dezembro de 2014.

Tullo Cavallazzi Filho
Presidente
CPF: 888.680.799-68

Luiz Mario Bratti
Tesoureiro
CPF: 098.950.609-63

Noeli Krueger
Contadora CRC/SC 25.600/O-0
CPF: 032.463.999-64

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

KAG
E-

Demonstrações das mutações do patrimônio social para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em reais)

	Reserva de reavaliação	Superávits acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2012	48.518.904	22.918.597	71.437.501
Reversão da reserva reavaliação	(48.518.904)	-	(48.518.904)
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 2.1)	-	3.233.512	3.233.512
Superávit do exercício	-	231.719	231.719
Em 31 de dezembro de 2013	-	26.383.828	26.383.828
Déficit do exercício	-	(5.520.526)	(5.520.526)
Em 31 de dezembro de 2014	-	20.863.302	20.863.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Florianópolis-SC, 31 de Dezembro de 2014



Tullo Cavallazzi Filho
Presidente
CPF: 888.680.799-68



Luiz Mario Bratti
Tesoureiro
CPF: 098.950.609-63



Noeli Krueger
Contadora CRC/SC 25.600/O-0
CPF: 032.463.999-64

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

147
e


Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Valores expressos em reais)

	31/12/2014	31/12/2013
(Déficit) Superavit líquido do exercício	(5.520.526)	231.719
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão para contingências	(78.724)	1.400.979
Depreciação/amortização	809.173	-
Ajuste de exercício anterior	-	3.233.512
	(4.790.077)	4.866.210
Redução (aumento) nos ativos:		
Anuidades a receber	221.398	26.545.967
Defensoria dativa a receber	6.935.575	3.497.581
Outros ativos circulantes e não circulantes	(127.749)	705.013
	7.029.224	30.748.561
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	200.266	585.547
Obrigações trabalhistas e sociais	537.862	571.231
Obrigações estatutárias	(352.374)	1.859.759
Anuidades a realizar	(1.103.982)	(37.888.288)
Outras obrigações	122.995	(4.887)
	(595.233)	(34.876.638)
Recursos líquidos absorvidas nas atividades operacionais	1.643.914	738.133
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimentos		
Aumento em investimentos	(57.670)	15.178
Aumento no imobilizado/intangível	(4.352.397)	1.993.619
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(4.410.067)	2.008.797
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento		
Aquisição de empréstimos e financiamentos	(254.119)	(1.379)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(254.119)	1.744.611
Aumento (redução) nos saldos de caixa e equivalentes	(3.020.272)	4.491.541
Disponibilidades no início do exercício	6.055.030	1.563.489
Disponibilidades no final do exercício	3.034.758	6.055.030
Aumento (redução) nos saldos de caixa e equivalentes	(3.020.272)	4.491.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Florianópolis-SC, 31 de Dezembro de 2014.


Tullo Cavallazzi Filho
Presidente
CPF: 888.680.799-68


Luiz Mario Bratti
Tesoureiro
CPF: 098.950.609-63


Noeli Krueger
Contadora CRC/SC 25.600/O-0
CPF: 032.463.999-64



**EGRÉGIO CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL – SECCIONAL DE SANTA CATARINA.**

Protocolo nº 12005/2015

Objeto: Processo de Prestação de Contas - Exercício de 2014

Requerente: Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina

Relator: Conselheiro Marcos José Campos Cattani

I. Relatório

Trata-se de processo de Prestação de Contas da Seccional Catarinense referente ao exercício de 2014, encaminhado pelo Diretor Tesoureiro, ao Presidente deste Egrégio Conselho, para o qual fui designado Conselheiro Relator.

Apenso ao Ofício, da lavra do Excelentíssimo Senhor Tesoureiro, protocolizado sob o nº 12005/2015, constam os documentos exigidos pelo art. 4º Provimento, art. 4º.

Devidamente distribuído e recebido o processo, passo à análise dos documentos contidos nos autos, em conformidade com o disposto no Provimento nº 101/2003, com as alterações que foram introduzidas pelo Provimento nº 104/2004 e nº 121/2007 do Conselho Federal, que normatiza o Processo de Prestação de Contas no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

É o necessário e sucinto relatório.

II – Voto

O Processo de Prestação de Contas apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina, relativamente ao exercício de 2014, está correto e adequado aos parâmetros legais. Há demonstração sistêmica dos documentos legais exigidos pelo Provimento nº 101/2003 do Conselho Federal da OAB. Presente, pois, a regularidade formal.

Ademais, BDO RCS Auditores Independentes exarou parecer favorável, nos seguintes termos:

As demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

No mesmo sentido, a Comissão de Orçamento e Contas da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina recomendou a aprovação da Prestação de Contas do Exercício de 2014, concluindo pela regularidade do processo, conforme ata da reunião constante dos autos.

Cumprе ressaltar, inicialmente, que este Conselheiro Relator verificou o apontamento de déficit contábil constante do balanço, na importância de 5.520,527,00. Vê-se que consta das Notas Explicativas a contabilização das receitas e despesas pelo regime de competência. É de se registrar, que a escrituração contábil pelo regime de competência reconhece receitas e gastos de acordo com o período a que pertencem, permitindo-se avaliar adequadamente as informações contábeis e financeiras.

Esse critério de contabilização – por regime de competência – foi adotado a partir do exercício social de 2013 compreendendo todos os registros contábeis



SANTA CATARINA

O A E
Fls. ___
Proc. ___

da OAB/SC, que até então eram realizados pelo "regime de caixa". Como consequência dessa mudança contábil, as receitas referentes a Defensoria da Dativa, num montante de R\$ 6.963.584,00, por exemplo, por terem sido contabilizadas, antes do exercício social de 2013, como receitas dos períodos antecedentes não foram contabilizadas como receita neste exercício social em 2014. Caso fosse mantido o mesmo critério de antes, ou seja, a contabilização pelo regime misto (de caixa para as despesas e de caixa e competência para as receitas) esse valor seria contabilizado neste exercício, permitindo cobertura ao déficit contábil.

Outrossim, é bom gizar que, como registrado em Notas Explicativas, o Regime de Competência gerou deslocamento de Receitas Recebidas em 2014 de anuidades pertencentes ao exercício social de 2015, para esse mesmo período (2015), pois critério convergente com o adotado pela gestão. Desse modo, receitas de anuidades no montante de R\$ 2.216.509,00 foram consideradas como antecipação e não como receitas do exercício.

Aliás, verifica-se que o ajuste da contabilidade, decorrente dos equívocos que levaram a prestação de contas do ano de 2012 a receber "opinião adversa" da Auditoria Independente BDO, ainda gera relevantes reflexos na contabilidade da OAB/SC. Veja-se, por exemplo, que no balanço de 2012 um valor superior a R\$ 30 milhões de reais, referentes à inadimplência dos advogados, foi contabilizado naquele balanço em "contas a receber", montante este que causou superávit inexistente para aquele exercício. Acrescente-se, ainda, que mais da metade desse valor já se encontrava atingido pela prescrição.

Por outro lado, conforme se depreende do Relatório da Gestão Administrativa e Financeira referente ao exercício de 2014, houve uma exitosa campanha de recuperação de créditos de inadimplentes cujo valores não foram lançados neste exercício como créditos, justamente em razão da mudança do regime contábil.



Do ponto de vista estritamente financeiro, constatei a existência de superávit da ordem R\$ 1.440.000,00 (hum milhão quatrocentos e quarenta mil reais), mesmo com a realização de investimentos consistentes, na construção de novas Sedes das Subseções, reformas e ampliações de outras, investimentos na Sede, reforma do auditório da Sede, aquisição de novos equipamentos de informática, móveis e utensílios e criação da Central de Inclusão Digital.

Observei, ainda, que para o exercício de 2014 foi provisionado como depreciação do imobilizado, o valor de R\$ 809.173,00 (oitocentos e nove mil centro e setenta e três reais) e como provisão para perdas a importância de R\$ 8.253.733,00 (oito milhões duzentos e cinquenta e três mil e setecentos e trinta e três reais), fatos que tiveram reflexos diretos no resultados do balanço de 2014.

Faço referência ao reajuste de 30% no repasse estatutário às Subseções, representando em 2014, cerca de 8% das receitas decorrentes das anuidades.

Registro investimento para a realização da XVIII Conferência Estadual dos Advogados realizada em Brusque, o rigoroso cumprimento nos pagamentos dos repasses estatutários, bem como, amortização de mais de R\$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais) referentes aos empréstimos contraídos na administração anterior.

Por fim, constato que os demonstrativos das receitas e despesas constantes dos autos relativos à prestação de contas referente ao exercício de 2014, estão devidamente ordenados e em obediência ao que determinam as normas aplicáveis à espécie, cuja organização contábil foi elaborada em conjunto com o Setor de Contabilidade da Seccional.



Ante o exposto, voto no sentido de aprovar a Prestação de Contas da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina, relativamente ao Exercício de 2014;

É como voto.

Florianópolis, 23 de abril de 2015.

Marcos José Campos Cattani
Conselheiro Relator



PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECCIONAL DE SANTA CATARINA.
EXERCÍCIO 2014.

EMENTA: Regular e devidamente prestadas as contas do exercício de 2014 pela Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Santa Catarina. Observância das normas previstas na legislação que trata da matéria. Tendo sido atendido a todos os requisitos legais deve-se dar por aprovada a prestação de contas da Seccional Catarinense.

Acórdão nº 53 / 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Membros do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, APROVAR as contas da Seccional Catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil, relativas ao exercício de 2014.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2015.

Tullo Cavallazzi Filho
Presidente

Marcos José Campos Cattani
Conselheiro Relator



Tel.: +55 48 3024 4455
Fax: +55 48 3024 4455
www.bdobrazil.com.br

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110, 6º andar
Centro, Florianópolis, SC, Brasil
88010-120

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da
Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC T 19.41) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade mantinha registrado na rubrica "Imobilizado" o montante de R\$ 25.373.687 e na rubrica "Intangível" o montante de R\$ 423.805, conforme Notas Explicativas nº 9 e 10 às demonstrações contábeis. A Administração da Entidade contratou no final do exercício de 2013 uma empresa especializada para realização de levantamento patrimonial e avaliação da vida útil dos bens do imobilizado e intangível, cujo objetivo é identificar, mensurar e regularizar os bens integrantes desses grupos. Entretanto, esse trabalho não foi totalmente concluído até a presente data, restando o levantamento/avaliação dos imóveis da Sede e a utilização dos laudos das Subseções. Em virtude da falta dos laudos completos de avaliação do imobilizado, intangível e vida útil dos bens para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foi possível assegurarmos sobre o adequado registro e apresentação das rubricas "Imobilizado - ativo não circulante" e "Intangível - ativo não circulante", bem como seus reflexos no resultado do exercício.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto mencionado na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC T 19.41).

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentados para fins de comparação foram por nós auditados, para o qual emitimos relatório com ressalva semelhante à mencionada acima, datado de 25 de abril de 2014.

Florianópolis, 20 de abril de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 S SC


Paulo Sérgio Rufari
Contador CRC 1SP 124504/O-9-S-SC


Dioclécio Oechler
Contador CRC SC 23520/O-9